

27 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça concede reintegração

de posse de prédio da Secretaria da Educação

Grupo de aproximadamente 300 docentes e sindicalistas ocupou local para reivindicar mudanças em resolução sobre distribuição de aulas

Mariana Franco Ramos
e Viviani Costa

Reportagem Local

O juiz da 5ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba, Jailton Juan Carlos Tontini, concedeu no início da noite desta quinta-feira (26) liminar de reintegração de posse ao governo do Estado para que a sede da Secretaria da Educação (Seed), que foi tomada por manifestantes por volta das 9 horas, seja desocupada. Na decisão, Tontini alegou que “a ocupação é irregular e configura mera detenção [...] porque impede o desenvolvimento regular do serviço público com prejuízo à população”. O magistrado estipulou uma multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. O uso de força policial foi autorizado.

Após assembleia realizada pelos manifestantes durante a noite, a secretária de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sin-

dicato), Marlei Fernandes de Carvalho, informou que os servidores decidiram desocupar o imóvel de forma voluntária. Ainda durante a noite, o imóvel passaria por uma vistoria, acompanhada por policiais militares e integrantes do movimento, o que ocorreria após o fechamento desta edição.

O grupo de aproximadamente 300 professores e funcionários de escolas de diferentes regiões do Paraná havia ocupado as dependências da Seed, no bairro Água Verde, em Curitiba. Os trabalhadores reivindicam a revogação da Resolução 113/2017 que trata da distribuição de aulas e funções na rede estadual de ensino, e não havia deixado o prédio até o início da noite.

De acordo com o presidente da APP-Sindicato, que representa a categoria, Hermes Leão, houve uma reunião com a secretária Ana Seres, durante a tarde, no entanto, as duas partes não chegaram a um acordo. “Co-

locamos todos os argumentos, considerando inclusive a ilegalidade do conjunto de ações que estão propondo na resolução”, contou.

Leão criticou ainda o que chamou de penalização dos professores que tiveram licença nos últimos anos e a diminuição da chamada hora-atividade, destinada ao cumprimento de atividades pedagógicas, como correção de provas e preparação de aulas. Conforme o governo, a cada 20 aulas distribuídas, cinco serão de hora-atividade. A APP-Sindicato, por sua vez, argumenta que isso significaria a redução dos 33% obrigatórios por lei para 25%. Assim, professores que somaram 30 dias ou mais de afastamento por qualquer motivo nos três meses anteriores acabariam sofrendo restrições. Os docentes estatutários não poderiam assumir aulas extraordinárias, enquanto os temporários ficariam impedidos de renovar os contratos PSS (Processo Seletivo Simplificado).

CONTINUA

27 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

“Estamos entre as três categorias que mais têm profissionais adoecidos pelo próprio trabalho e o governo não faz um debate adequado; não propõe nada, não tem saúde preventiva e ainda resolve punir quem tirou licença”, prosseguiu o presidente da entidade. “Estamos convocando assembleia estadual para o dia 11 de fevereiro, em Maringá, para avaliar todo o quadro. A gente não pode começar o ano letivo com mais confrontos e ainda a possibilidade de greve”, completou.

Em nota, a Seed informou que Ana Seres recebeu o grupo e disse que o governo quer manter o diálogo aberto com os professores, “desde que haja reciprocidade dos representantes do magistério”. Segundo a pasta, a secretária se colocou à disposição da APP para reencaminhar as reivindicações à Comissão de Política Salarial do governo do Estado.

Mesmo com a desocupação, a mobilização da categoria, segundo Marlei Carvalho, deve continuar. “Já mostramos o nosso descontentamento. Não adianta dizer que a Casa Civil está aberta se os representantes não recebem a categoria”, criticou.

27 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Nestor Cerveró amplia delação na Lava Jato

Leticia Casado

Folhapress

Brasília - O ex-diretor de Internacional da Petrobras Nestor Cerveró ampliou as informações fornecidas em sua delação premiada na Operação Lava Jato. Ele levou três novas linhas de investigação para a operação: corrupção no fornecimento de asfalto em Mato Grosso, envolvendo o ex-governador Silval Barbosa; aquisição de precatórios pela Petrobras e BR Distribuidora; e ampliação das instalações da BR Distribuidora. Não há detalhes sobre o conteúdo dos depoimentos, que foram prestados em outubro de 2016. O ex-governador Silval Barbosa está preso há mais de um ano em Cuiabá pela Operação Sodoma por suposto esquema de fraudes a incentivos fiscais. Cerveró deixou a Petrobras em 2008 e virou diretor financeiro da BR Distribuidora. Ele foi preso em janeiro de 2015, fez delação

premiada e cumpre prisão domiciliar. A delação já havia sido homologada, mas ao longo das investigações os procuradores identificaram novas irregularidades sobre as quais Cerveró participou e não havia relatado. Como multa, Cerveró vai entregar dois automóveis que não estavam no acordo. Em dezembro, a PGR levou o documento ao ministro Teori Zavascki, então relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), e pediu a homologação dos novos anexos de delação. Teori, no entanto, indeferiu o pedido: disse que a PGR deveria fazer uma nova petição e pedir a homologação desses anexos, para que o caso fosse analisado em separado pelo ministro. Antes de homologar um acordo, o juiz precisa verificar, por exemplo, em quais condições o delator decidiu falar - se foi, por exemplo, coagido ou se fez delação por livre e espontânea vontade.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Homologar ou não homologar?

SÃO PAULO - A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, deve ela mesma homologar a delação premiada da Odebrecht?

Imagine, leitor, uma nação regida por um ditador caprichoso, que faz o que tem vontade sem nenhum tipo de limitação legal. Nesse país, poucos se disporiam a investir recursos e energias em algum tipo de empreitada, que poderia a qualquer momento ser desfeita pelo tirano, o qual, se estivesse de mau humor, ainda poderia mandar matar o responsável. Como resultado, não veríamos muita atividade econômica, científica ou efervescência cultural.

O respeito a regras preestabelecidas, ao conferir previsibilidade e segurança jurídica às pessoas, funciona como um remédio contra as piores incertezas da política. Mais do que um formalismo vazio, ele é condição do próprio Estado de direito.

Então, para definir se Cármen Lúcia deve ou não homologar a delação, é preciso antes de mais nada determinar se fazê-lo está de acordo com as leis e o regimento do STF. E, aparentemente, está. Depois que Janot requereu urgência para o caso, ela pode, na condição de "plantonista" do Supremo, dar sinal verde para a continuidade do processo.

É claro que apenas respeitar regras não basta. Seguir uma norma ruim produz más consequências. Por isso é preciso também que as leis tenham um propósito que possa ser descrito como virtuoso e busquem atingi-lo por meios racionais. Abre-se espaço aqui para análises de cunho mais consequencialista, que vão além da simples avaliação da legalidade formal. Trocando em miúdos, vale a pena antecipar a homologação?

Penso que sim. Fazê-lo não evitará um atraso, necessário para que o futuro relator se familiarize com o caso, mas sinaliza que a Lava Jato, mais do que iniciativa pessoal de alguns heróis, é uma ação institucional. Serviria também para retirar o sigilo legal sobre as delações, esvaziando o uso de vazamentos como arma política.

27 JAN 2017

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

#homologaCármem

A Lava Jato em peso torce para que Cármem Lúcia homologue a delação da Odebrecht, ao menos o que já estiver pronto para sair do forno, em 1º de fevereiro, quando o Judiciário volta a dar expediente. Nos bastidores, teme-se que a operação “caia em mãos erradas” no STF. A ministra ainda não disse como escolherá o novo relator. Investigadores, porém, têm calafrios de pensar no sorteio de um nome apenas entre juízes da segunda turma — preferem que toda a corte seja opção.

Check A última audiência de Marcelo Odebrecht ocorre nesta semana. Com isso, sua colaboração ficará pronta para ser homologada a partir da semana que vem.

Pé vermelho Há um movimento em Curitiba para lançar João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para a vaga de Teori Zavascki no STF. Próximo a Sérgio Moro, ele integra a turma que revisa as decisões do juiz na Lava Jato.

Ruídos Mais um sinal de atrito entre Cármem Lúcia e o governo Temer é o fato de que um dos integrantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que renunciaram ao posto, Renato de Vitto, é assessor da presidente do Supremo.

MÔNICA BERGAMO

ASSINO EMBAIXO

Organizador do ato de apoio a Donald Trump em outubro na avenida Paulista, o coordenador do movimento Juntos pelo Brasil, Dennis Heiderich, foi um dos que assinaram carta com indicações para a vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). O documento, encaminhado ao presidente Michel Temer, foi endossado por outras organizações e pessoas como os advogados Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e o cantor Lobão.

A LISTA

O grupo sugeriu nomes como o do desembargador Fausto De Sanctis e o de Ives Gandra Martins Filho, presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Está na lista ainda o promotor de Justiça Roberto Livianu.

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Nome para STF não deve ser avesso à política, dizem aliados a Temer

Cúpula do PMDB enviou recado durante jantar de Renan Calheiros

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

O presidente Michel Temer foi aconselhado pela cúpula de seu partido, o PMDB, a “suportar a pressão pública” pela indicação de um nome eminentemente técnico para o STF (Supremo Tribunal Federal). Aliados disseram que ele não pode errar, e que seu eleito deve conhecer o universo político, e não ter aversão a ele.

O recado foi passado durante um jantar, na terça-feira (24), na residência do senador Renan Calheiros (AL).

Participaram do encontro alguns dos principais articuladores do PMDB no Congresso, como o senador Romero Jucá (PMDB-RR), além do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o secretário de parcerias, Moreira Franco.

A mensagem dos aliados vai contra o discurso que vem sendo ecoado publicamente pelo Planalto, que o presidente busca alguém com um perfil “próximo ao de Teori”.

Durante o jantar, Temer foi aconselhado a não limar de saída perfis que tenham ligações com parlamentares e, de maneira sutil, foi lembrado que o eleito precisará ser sabatinado —e aprovado— pelo Senado.

O motivo do lembrete é evidente: praticamente todos os políticos que se reuniram com Temer, inclusive o próprio presidente, já foram citados por delatores da Operação Lava Jato.

O escolhido de Temer para o Supremo irá compor a segunda turma da Corte, onde atuava Teori. O colegiado é responsável pelos processos de investigados na operação com foro privilegiado.

Na tentativa de fazer uma “peneira” entre os cotados, pessoas próximas ao presidente têm feito uma espécie de sabatina informal com juristas, indagando-os sobre temas como a diferenciação criminal entre caixa dois e corrupção e prisão após condenação em segunda instância.

A assessoria de Temer afirmam que, se consultas estão sendo feitas, “elas ocorrem sem a autorização ou conhecimento do presidente, que é maior interlocutor do governo com o meio jurídico”.

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Foco correto

Pressionados por uma crise que afeta inclusive os serviços mais básicos, alguns Estados começam a buscar ajustes estruturais em suas contas

A crise financeira dos Estados é, em certo sentido, pior que a enfrentada pelo governo federal. Já que não podem emitir dívida, como a União, são obrigados a fechar o caixa com cortes abruptos de serviços públicos, inadimplência no pagamento de fornecedores e atraso nos salários do funcionalismo.

Pode-se medir o tamanho do aperto pelo fato de que começam a surgir propostas de soluções estruturais, em geral estranhas à paisagem política brasileira.

Até recentemente, inúmeros governadores, parlamentares e membros do Judiciário acreditavam — ou assim fingiam — que o problema principal residia na dívida elevada com o governo federal. O pagamento de juros, segundo essa análise, asfixiava os Estados.

Essa visão equivocada aos poucos vai sendo corrigida. A verdade é que o desequilíbrio nos caixas estaduais decorre do excesso de despesas correntes, especialmente salários e aposentadorias.

Na maior parte dos casos, feitos os cálculos pertinentes, o desembolso com pessoal supera 70% da receita, fatia bem maior do que a reservada a juros da dívida (até 13%).

Para piorar, o peso de aposentadorias por demais generosas, sobretudo nos altos escalões, cres-

ce sem parar. Por vezes, inativos e pensões consomem quase a metade da folha, o que não tem sentido.

Felizmente, algumas unidades federativas se propõem a adotar um limite para os gastos, tal qual fez o governo Michel Temer (PMDB). Piauí e Ceará, por exemplo, aprovaram mecanismo semelhante, mas válido por dez anos, metade do prazo fixado pela União.

Espera-se iniciativa na mesma direção em Goiás, no Mato Grosso, na Paraíba, em Alagoas, no Amazonas e no Espírito Santo. Ainda que mais flexíveis — excluem do teto investimentos e despesas com educação e saúde —, os limites apontam para um ajuste estrutural.

A adoção de tetos lançará luz sobre os privilégios do funcionalismo, que terá mais dificuldade para impor agendas corporativas.

Outras medidas bem-vindas são a elevação das contribuições previdenciárias de servidores e a redução de incentivos fiscais. Privatizações também estão no cardápio.

O Supremo Tribunal Federal poderá dar ajuda importante quando apreciar o mérito de uma liminar, em vigor desde 2007, que impede redução na jornada de trabalho com corte proporcional do salário de funcionários públicos.

Se o tribunal autorizar maior liberdade na gestão da folha de pagamento, será mais fácil forçar uma racionalização do setor. Não faz sentido que a sociedade seja chamada a arcar com os gastos sempre crescentes de uma estrutura inchada e ineficiente.

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

O vermelho e o negro

Ao indicar um nome ao STF, Temer deve, sim, uma resposta ao movimento que o conduziu à Presidência

NADA SURPREENDENTE, mas impressionante ainda assim, a história dos esquerdistas para vetar e emplacar nomes para a vaga aberta no STF com a morte de Teori Zavascki. A reação negativa a Ives Gandra Martins Filho é emblemática do autoritarismo dos valentes e da incivilidade destes tempos.

Martins Filho estaria impedido de chegar ao tribunal porque contrário ao aborto, à união civil de homossexuais e ao uso de embriões na pesquisa genética, entre outras coisas. Uma obviedade: ao indicar um nome, Michel Temer deve, sim, uma resposta política ao movimento que o conduziu, dentro da mais rigorosa ordem legal, à Presidência. Há de ser um conservador — homem ou mulher. “Conservador de iniquidades?” Não! Este seria só um reacionário estúpido. Nas democracias, conservadores... conservam instituições!

Há na corte um ministro que defende uma tal “plurifamília”. Para Edson Fachin, amantes podem ter direitos idênticos aos dos cônjuges.

Roberto Barroso, num mero julgamento de habeas corpus, alucinou, queimou o Código Penal e resolveu que não há crime quando o aborto volitivo é praticado até o terceiro mês de gestação. Marco Aurélio concedeu liminar monocrática em matéria que exigia a votação do pleno e, mais fulminante do que o Deus do Velho Testamento com Onan, destituiu com um raio de ilegalidade o presidente do Senado.

Luiz Fux mandou às favas sessão da Câmara porque não gostou do resultado da votação do pacote contra a corrupção.

E vêm me dizer que esse tribunal não pode conviver com a ousadia de quem defende a lei em matéria de aborto e com o entendimento de que casamento há de ser aquele celebrado entre homem e mulher? Essa segunda questão, de resto, já está vencida. Mais pluralidade e tolerância, senhores! Ponham fim à essa polícia religiosa, armada com o porrete homonormativo e a cureta vingadora. Nos EUA, a resposta a isso deu em Donald Trump...

Consta, a propósito, que Cármen Lúcia, presidente do STF, gostaria de ver mais uma mulher na corte. Foi nesse vácuo de critérios, mas com viés sexista, que surgiu a candidatura de Flávia Piovesan. A polícia religiosa aplaudiria. Para Flávia, a discriminação do aborto é capítulo dos direitos humanos. É mesmo? Não sendo humano, bicho ou planta, feto, então, deve ser coisa. A Dilma pré-candidata de primeira viagem disse certa feita que nenhuma mulher gosta de abortar, como não gosta de extrair um dente. Feto é dente podre. Nesse contexto, e só nele, a metáfora do “homem e seu cavalo” vira poesia...

Escrevi em meu blog que Cármen Lúcia não pode ceder à tentação dos que lhe recomendam que se comporte como o Luís 14 do Supremo: “Le STF c’est moi”. Ela tem claro, por exemplo, que não lhe cabe homologar delações e que a dita urgência é conversa mole, uma vez que ninguém sabe quando e como Teori decidiria. Ainda que se pudesse falar de atraso, seria de alguns dias apenas.

Se a ministra, no entanto, deixa prosperar esse papo-furado, dá a entender que fazer a homologação está entre suas atribuições. E não está. Isso é tarefa do futuro relator. A menos que esteja a dizer que não sobrou ninguém na corte com honradez suficiente para fazê-lo. Nesse caso, vamos nomeá-la ditadora do Brasil. Diógenes finalmente vai apagar a lamparina e descansar. Encontrou seu homem honesto em forma de mulher. Já pode sair do barril.

Eu indicaria Alexandre de Moraes ou Martins Filho para o Supremo se me coubesse tal tarefa. O meu candidato, na verdade, é alguém que siga a letra da Constituição e das leis. A isso chamo “um conservador”.

Chega de feitiçarias do “novo constitucionalismo” e de triplos saltos carpados hermenêutico-dialéticos do vale-tudo de toga — preta por fora e vermelha por dentro.

Ordem no tribunal!

Justiça manda prender Eike por suposto repasse a Cabral

Empresário, que não foi achado, é suspeito de pagar US\$ 16,5 mi no exterior

Ex-bilionário havia embarcado para Nova York nesta semana e agora está na lista de procurados da Interpol

DO RIO
DE BRASÍLIA

O empresário Eike Batista foi alvo nesta quinta-feira (26) de mandado de prisão preventiva em um desdobramento da Operação Lava Jato no Rio.

Ele é suspeito de ter repassado e ajudado a ocultar uma propina de US\$ 16,5 milhões para o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB). O valor foi transferido, segundo a Procuradoria, por meio de contrato fictício de intermediação de compra e venda de uma mina de ouro.

Em viagem ao exterior, Eike não havia se apresentado às autoridades até a conclusão desta edição. Ele foi considerado foragido pela Polícia Federal e incluído na difusão vermelha da Interpol.

O empresário havia embarcado na terça (24) para Nova York com um passaporte alemão —ele tem dupla nacionalidade, já que sua mãe é alemã. Advogados negam que ele tenha a intenção de

fugir e afirmam que se apresentará à Justiça “em breve”.

O empresário, que chegou a ser considerado um dos mais ricos do mundo e assistiu à derrocada de seus negócios nos últimos anos, foi alvo de um dos nove mandados de prisão expedidos pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal no Rio, na deflagração da Operação Eficiência —referência ao nome de uma das contas no exterior de Cabral.

No Rio, ficavam a sede de suas empresas e alguns de seus maiores empreendimentos, como o porto do Açú, no norte fluminense. Os procuradores, porém, não apontaram quais benefícios Eike pode ter recebido a partir da propina que teria sido paga.

Eike e Cabral eram próximos. De 2009 a 2011 o peemedebista e sua mulher, Adriana Ancelmo, usaram por 13 vezes jatinhos do empresário, conforme revelou a **Folha** neste mês.

Eike já havia sido citado na Operação Calicute —primeira fase da Lava Jato no Rio— por ter repassado R\$ 1 milhão ao escritório de advocacia de Adriana Ancelmo.

Em depoimento espontâneo aos procuradores, o empresário disse que esse pagamento se referia a serviços

prestados a um fundo de investimento com a participação da Caixa Econômica Federal, que teria indicado o escritório.

O banco negou ter sugerido a operação, o que reforçou as suspeitas dos procuradores contra Eike.

Cabral foi preso na Operação Calicute, em novembro, suspeito de cobrar propina em obras públicas. Ele já é réu em duas ações penais. Sua mulher está detida desde dezembro.

INVESTIGAÇÃO

Além do ex-governador do Rio, outros dois dos alvos da ação desta quinta já estavam presos. Francisco de Assis Neto também não foi localizado.

As investigações apontam que a quadrilha comandada pelo ex-governador acumulou US\$ 100 milhões no exterior desde 2002. As informações partem de documentos e da delação premiada de dois operadores do mercado financeiro suspeitos de auxiliar o peemedebista no envio de recursos para fora.

Parte desses recursos envolve Eike. Os delatores Renato Hasson Chebar e Marcelo Hasson Chebar afirmam que foi na conta de uma empresa criada em seus nomes no Uruguai que o empresário depositou os US\$ 16,5 milhões de propina.

CONTINUA

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para dar aparência legal ao repasse, a empresa uruguaia, chamada Arcadia Associados, firmou um contrato fictício com a holding de Eike. O acordo, assinado em 2011, afirma que a companhia intermediaria a compra de uma mina de ouro pelo empresário — operação esta que de fato ocorreu.

Segundo a investigação, a operação financeira foi elaborada pelo advogado Flávio Godinho, vice-presidente de futebol do Flamengo e ex-executivo do grupo EBX, de Eike, também preso na operação. Os advogados de Cabral, Ary Bergher e Raphael Mattos, também se reuniram com os investigados para debater o contrato simulado. Eles não foram alvos nesta quinta.

O juiz federal também mandou prender preventivamente Thiago Aragão (sócio de Adriana Ancelmo), Álvaro Novis (doleiro) e Sérgio de Castro Oliveira (operador do ex-governador).

A ex-mulher do peemedebista Susana Neves e o irmão dele Maurício Cabral foram conduzidos coercitivamente para prestar depoimento.

(ITALO NOGUEIRA, LUCAS VETTORAZZO
E BELA MEGALE)

REGULAÇÃO DAS DROGAS

Artigos apresentam posições diferentes sobre o impacto que a legalização poderia ter sobre a violência no país

OPINIÃO

FOLHA DE S. PAULO

Proibição gera mais violência

e fortalece crime organizado

27 JAN 2017

FERNANDA MENA
DE SÃO PAULO

A guerra contra as drogas tem se mostrado mais danosa, custosa e letal que o comércio e uso de drogas em si.

Sua baixa eficácia fica evidente quando se observa que o crime de tráfico de drogas é o que mais atulha os já superlotados presídios brasileiros e é o terceiro que mais mobiliza forças policiais do país — que prendem sobretudo por roubo, furto e tráfico, mas investigam apenas 8% dos homicídios cometidos no país, quase 60 mil por ano.

Além disso, o crime de tráfico há anos legitima ações militarizadas em comunidades dominadas por facções, tornando os extratos mais vulneráveis da sociedade reféns do terror de tiroteios, quando não eles mesmos vítimas de balas perdidas.

Ainda assim, nenhum indicador aponta diminuição do consumo de drogas aqui. Ao contrário: o Brasil se tornou o segundo maior consumidor do mundo de cocaína e derivados, como o crack.

Por outro lado, a experiência internacional na descriminalização do uso de drogas (em vigor em países como Alemanha, Colômbia, México e Portugal, entre outros) aponta que ela tem pouco ou nenhum impacto no consumo, ou seja, não faz explodir seu uso como se teme.

A medida ainda não aumenta as mortes por overdose nem a incidência de doenças mentais. Por outro lado, aproxima usuários problemá-

ticos do sistema de saúde e evita que caiam na Justiça — que drena recursos e capital humano.

A esses resultados, porém, soma-se uma contradição: se portar drogas não é crime, como pode ser crime sua comercialização? Se desconsiderarmos o caso da maconha cultivada para consumo próprio, como a substância foi parar no bolso de alguém?

A regulamentação do mercado de drogas não é uma panaceia, mas parece ser a chave para amenizar esses problemas: liberaria forças policiais para a atuação em crimes mais graves, descongestionaria a Justiça e desafogaria o sistema penitenciário, para que fosse possível ressocializar presos, além de retirar recursos financeiros e humanos do crime organizado.

Existem hoje duas experiências em curso, restritas à maconha: no Uruguai e em oito Estados americanos, que legalizaram o mercado para uso recreativo por adultos.

Em Washington, por exemplo, a prisão por posse de maconha caiu 98% desde a mudança, e as projeções de impostos com a venda atingiam US\$ 270 milhões em 2016 — dinheiro carimbado para ações como prevenção ao abuso de drogas nas escolas.

Aperar das evidências, é um desafio pensar fora do paradigma proibicionista. Mas vale lembrar: estudos apontam que a droga que mais causa danos ao usuário e a terceiros é o álcool, vendido em qualquer esquina. Alguém ouviu falar em proibi-lo?



O CRIME DE TRÁFICO LEGITIMA AÇÕES EM COMUNIDADES DOMINADAS POR FACÇÕES, TORNANDO SOCIEDADE REFÉM DE TIROTEIOS

CONTINUA

27 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO CONTINUAÇÃO

Liberação da maconha não reduz o poder das facções

ROGÉRIO GENTILE
DE SÃO PAULO

A eventual descriminalização da comercialização da maconha não reduzirá, ao contrário do que dizem defensores da medida, a violência e o poder das organizações criminosas.

Ou será que alguém realmente imagina que os chefões do PCC (Primeiro Comando da Capital) vão pagar imposto?

O mercado do tabaco serve de paralelo para a questão. Cerca de 36% do cigarro vendido no Brasil atualmente é ilegal, a maior parte proveniente de contrabando do Paraguai. Em alguns lugares, como o Paraná, chega a 50% do comercializado.

Segundo cálculos do Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira), o país deixa de arrecadar cerca de R\$ 5 bilhões por ano em tributos.

Assim como a droga, o cigarro ilegal entra no país por meio do crime organizado. "São quadrilhas violentas", afirma Paulo Kawashita, chefe da equipe da repressão aduaneira da Receita Federal em Foz do Iguaçu.

Em janeiro do ano passado, uma equipe da Receita em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, foi atacada por disparos de armas de fogo, inclusive de fuzis, após terem apreendido uma carga de 1.250 caixas de cigarros.

"Já há indícios de que traficantes e contrabandistas estão trabalhando em conjunto", diz Luciano Barros, presidente do Idesf.

As quadrilhas se utilizam de carros roubados, preparados cuidadosamente para disfarçar a mercadoria. Possuem olheiros e batedores, que vão à frente da carga para informar sobre eventuais barreiras e veículos policiais, e tecnologia sofisticada: rádios comunicadores criptografados e detectores de rastreadores veiculares. Possuem barcos também. "São profissionais", declara Kawashita, da Receita.

O lucro dos contrabandistas é enorme. Um cigarro trazido ilegalmente do Paraguai chega ao consumidor em São Paulo por R\$ 3. Já o produto lícito não pode, de acordo com a legislação vigente, custar menos de R\$ 5 e, a depender do Estado, paga uma tributação que varia de 75% a 84% do preço final.

A não ser que a intenção seja a de incentivar largamente o consumo, é razoável supor que, se um dia for realmente liberada no país, a maconha terá também, assim como o tabaco, de sustentar uma carga alta de imposto.

Na prática, além de seguir vendendo cocaína e outras drogas pesadas, roubar bancos, traficar armas e promover sequestros, entre outros crimes, o PCC continuará a dispor de um amplo mercado da maconha para explorar. Só que, em vez do tráfico, o fará por meio do contrabando (cuja pena, aliás, é mais leve, de 2 a 5 anos de reclusão contra 5 a 15 anos).

Quanto maior o número de usuários, maior será o poder dos criminosos.



SERÁ QUE
ALGUÉM
REALMENTE
IMAGINA QUE
OS CHEFÕES
DO PCC
(PRIMEIRO
COMANDO
DA CAPITAL)
VÃO PAGAR
IMPOSTO?

27 JAN 2017

Folha de São Paulo

Pé vermelho

Há um movimento em Curitiba para lançar João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4^a Região, para a vaga de Teori Zavascki no STF. Próximo a Sergio Moro, ele integra a turma que revisa as decisões do juiz na Lava Jato.

27 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça manda reintegrar posse de prédio ocupado



No final da tarde de ontem, o juiz substituto da 5ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba, Jailton Tontini, concedeu liminar determinando a reintegração de posse ao Governo do Paraná do prédio da Secretaria de Estado da Educação. O prédio foi tomado ontem pela manhã por cerca de 300 professores, que protestavam contra o que chamam de "resolução da maldade", alterações na distribuição das aulas e na hora-atividade anunciadas na semana passada pelo Governo do Estado.

Durante a tarde as relações chegaram a ficar tensas quando um grupo de policiais tentou entrar no prédio e impedir o acesso de mais professores. Após muita conversa, inclusive com a participação da secretária estadual da Educação Ana Seres Comin, os professores liberaram a entrada de 20 policiais e estes, por sua vez, autorizaram o acesso de mais professores. Até o fechamento desta edição o prédio ainda não havia sido desocupado. ■

27 JAN 2017

GAZETA DO POVO

EIKE,

PROCURADO

●LAVAJATO

Justiça determina prisão do empresário que já foi o homem mais rico do Brasil por corrupção. Nome de Eike entra em lista de foragidos da Interpol

●O juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal do Rio de Janeiro, determinou a inclusão do nome do empresário Eike Batista na lista “difusão vermelha” da Interpol, que reúne pessoas foragidas da Justiça. Eike teve a prisão decretada, mas não foi encontrado ontem por estar em viagem internacional.

A PF solicitou ao juiz a inclusão do empresário na lista. Com a decisão de Bretas, restam ainda trâmites burocráticos dentro da Interpol. Os representantes brasileiros da polícia internacional têm de encaminhar a documentação e Eike só passará a ser procurado pelo órgão após a inclusão de seu nome oficialmente na lista pela sede da Interpol, que fica em Lyon, na França.

Um dos principais alvos da operação Eficiência, realizada ontem — um desdobramento da Lava Jato que mira esquema de desvio e lavagem de dinheiro de contratos do governo do estado do Rio na gestão do ex-governador Sérgio Cabral —, o empresário viajou para Nova York.

De acordo com a Polícia Federal, ele teria saído do país com um passaporte alemão, no voo AA974 da American Airlines, na última terça-feira, às 23h30, e chegou à cidade americana na quarta-feira, às 6h30. Embora a PF ainda esteja checando se Eike efetivamente embarcou, passageiros do voo confirmaram ao “Globo” que ele estava no voo. Os investigadores apuram ainda quando o empresário comprou a passagem para os Estados Unidos.

O advogado de Eike, Fernando Martins, disse ao site G1 que está negociando a volta de Eike ao Brasil. Segundo o advogado, ele ficou surpreso com a operação e “tem interesse em voltar o mais rápido possível”.

“Agora à tarde, vamos combinar como tudo será realizado, mas não posso afirmar se o Eike volta ainda hoje. Nos falamos algumas vezes hoje e ele está à disposição para esclarecer tudo”, disse Martins.

CARROES

Não é a 1ª vez que Eike tem sua Lamborghini e seu Porsche Cayenne brancos e outros bens apreendidos pela PF. Em fevereiro de 2015 o empresário teve seus bens retidos pela Justiça do Rio em uma ação para reparar os credores da OGX.

Polícia Federal confisca carros do empresário

● A Polícia Federal apreendeu ontem a Lamborghini Aventador e o Porsche Cayenne do empresário Eike Batista em sua residência, no Rio, durante a Operação Eficiência, que apura um esquema de lavagem de ao menos US\$ 100 milhões em propinas para o grupo do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) no exterior.

Ao todo, os investigadores da Eficiência apreenderam 18 carros, além de obras de arte, relógios, joias e cerca de R\$ 100 mil em dinheiro vivo.

A PF cumpriu sete mandados de prisão preventiva, dois de condução coercitiva e 22 de busca e apreensão expedidos pelo juiz federal Marcelo Bretas, do Rio.

Do total de nove mandados de prisão expedidos, três foram para investigados que já estão presos em Bangu: Sérgio Cabral, Carlos Miranda e Wilson Carlos.

Eike — que chegou a ser o brasileiro mais rico do mundo, em 2012 — e o ex-subsecretário do Governo de Sérgio Cabral, Francisco Assis Neto, o ‘Kiko’, tiveram prisão preventiva decretada, mas não foram localizados pela PF e foram incluídos na lista de procurados da Interpol, a Polícia Internacional.

27 JAN 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



27 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Kaefer vai ao STF contra candidatura de Maia

● Aliado do líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR) entrou ontem com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a candidatura à reeleição do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Diante do favoritismo de Maia na eleição para a presidência da Câmara, deputados decidiram aumentar a pressão na Justiça para criar dificuldades à recondução do democrata. Além do mandado de segurança impetrado por Kaefer, que esteve ontem com Jovair em uma reunião no Palácio do Planalto, o grupo não descarta entrar com novos recursos até o dia 2 de fevereiro, quando ocorrerá a eleição.

O grupo de Maia, no entanto, tem mostrado segurança de que o STF não vai intervir na eleição para a presidência da Casa. Interlocutores do democrata afirmam que receberam essa sinalização da própria presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

Pedido

No mandado, Kaefer alega que Maia participa ativamente de todo o processo eleitoral para a escolha da nova mesa diretora “justamente porque, à luz da Constituição e do próprio regimento interno da Câmara dos Deputados, não se permite a recondução/reeleição ao cargo de Presidente na mesma legislatura”.

“Ou seja, pela lógica, o presidente pode presidir a eleição do seu sucessor porque não pode ser candidato”, diz.

Segundo Kaefer, a conduta de Maia de iniciar o processo eleitoral e conduzir as demais etapas “viola os imperativos constitucionais da moralidade, por privilegiá-lo entre os demais postulantes, e da impessoalidade, diante da possibilidade do uso das atribuições legais do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados em favor de interesse pessoal (sua reeleição)”.

Kaefer quer que Maia seja proibido de participar do processo de eleição da próxima mesa diretora da Câmara. De maneira alternativa, também pede liminar para suspender provisoriamente a eleição para a presidência da Casa, determinando que ela só ocorra depois da manifestação do plenário do STF sobre o tema.

27 JAN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cerveró tenta ampliar delação na Lava Jato

Ex-diretor da Área Internacional da Petrobras apresentou novos fatos sobre a corrupção na empresa

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado que incluísse três novos anexos à delação premiada de Nestor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, após ele apresentar novos fatos sobre a corrupção na empresa.

Em um de seus últimos atos como relator da Operação Lava Jato, o ministro do STF Teori Zavascki, no entanto, negou o pedido do MPF, alegando que isso poderia prejudicar a apreciação da delação original. Ele, entretanto, não descartou os novos fatos, ordenando que fossem apurados em uma nova investigação, sob sigilo.

No despacho em que indeferiu a homologação dos novos anexos, tornado público ontem, Zavascki revelou alguns dos argumentos do MPF a favor da inclusão dos novos depoimentos, que são sigilosos, na delação premiada de Cerveró.

De acordo com o MPF, os novos fatos dizem respeito ao pagamento de vantagens indevidas para a ampliação de instalações da BR Distribuidora; à aquisição de precatórios pela Petrobras e pela BR Distribuidora; e ao pagamento de propina para o

fornecimento de asfalto em Mato Grosso. Cerveró citou o nome de uma alta autoridade do estado como envolvida no esquema.

Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, os novos anexos situam-se “no entorno do escopo temático da Operação Lava Jato, afigurando-se instrumentalmente conexos a ela”.

A colaboração premiada de Nestor Cerveró foi homologada por Zavascki em 14 de dezembro de 2015, enquanto o pedido do MPF para a inclusão dos novos depoimentos foi feito quase um ano depois, em 13 dezembro de 2016. Já no dia seguinte, o ministro negou a petição.

O despacho de Teori Zavascki é datado de poucos dias antes do início do recesso do STF, em 21 de dezembro de 2016. No último dia 17 de janeiro, Janot enviou uma nova petição ao ministro, pedindo que fossem enviadas à PGR as folhas referentes aos novos anexos, que não haviam sido remetidas de volta após ser negada a inclusão na delação original de Cerveró, de modo que pudesse tomar as providências cabíveis para prosseguir a apuração dos fatos.

27 JAN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

TEORI ZAVASCKI E AS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

As teorias conspiratórias são o que são. Um aparato ficcional que serve para dar uma aura de intrincada importância ao que é comum, trivial e miseravelmente real: a morte ou o acidente trágico. O caso de John Kennedy é clássico. Até hoje, parte da população americana nega-se a acreditar que um atirador solitário teria conseguido burlar a segurança do presidente e assassiná-lo com tiros precisos a longa distância.

SABOTAGEM

O caso do ministro do STF, Teori Zavascki, é o mais recente. As redes sociais, palco de notícias falsas por excelência, estão apinhadas de teorias as mais estapafúrdias tratando da morte do ministro e de outras

quatro pessoas. No afã de encontrar uma explicação, fala-se em sabotagem. Teori era o relator da Lava Jato e estava prestes a homologar a delação de um número maituculo de executivos da Odebrecht, inclusive seu presidente, Marcelo Odebrecht.

FALHA HUMANA

As últimas notícias, no entanto, frustram os conspiradores do facebook.

Tudo leva a crer que se tratou de falha humana. O piloto provavelmente tentou pousar no aeroporto de Paraty quando as condições de visibilidade não o favoreciam. Há casos relatados de que houve a necessidade de retornar ao ponto de origem, o Campo de Marte, em São Paulo. Ele não o fez.

IMPRIMA-SE A LENDA

No western clássico "O Homem Que Matou o Facinora", estrelado por John Wayne e James Stewart, um jornalista depara-se com a história de um pistoleiro assassinado e seu algoz, um homem da cidade que mal sabia atirar. Com a verdade revelada, ele cunha a frase: "Quando a lenda se impõe ao fato, imprima-se a lenda".

LAVA JATO

A internet decidiu imprimir a lenda, sem apurar os fatos, sem checar as informações, sem esperar os resultados. Teori é o ministro do STF calado arditosamente por gente interessada em interromper as investigações da Lava Jato. Se alguém acredita nisso, pode acreditar em qualquer coisa.

27 JAN 2017

TRIBUNA DO PARANÁ PROTESTO

Após decisão judicial, professores deixam Seed

Gazeta do Povo

Os professores decidiram, na noite de ontem, desocupar o prédio da Secretaria de Estado da Educação (Seed), na Vila Izabel. A decisão foi tomada em assembleia após a Justiça determinar a reintegração de posse. O pedido foi feito pelo governo do Paraná. Segundo a estimativa do sindicato, cerca de 300 professores estavam no local protestando contra novo modelo de distribuição de aulas e mudanças na hora-atividade.

Alguns docentes começaram a deixar o local por volta das 20h25, outros organizavam os pertences e limpavam a sede da Seed. Mais tarde, por volta das 20h50, representantes da APP-



Durante a tarde, houve tensão entre PMs e manifestantes.

-Sindicato, que representa a categoria, a oficial de Justiça e policiais militares vistoriavam a sede da Seed. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça havia determinado multa diária de R\$ 50 mil e também autorizou uso de força policial.

Após deixarem o prédio na Vila Izabel, os professores informaram que iriam para a sede da APP-Sindicato, no Rebouças,

para "organizar a continuidade da luta". Segundo os manifestantes, uma reunião foi marcada para hoje, no Palácio Iguacu, para discutir a questão da hora-atividade. Professores e representantes do governo, incluindo o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, devem participar do encontro.

REFORÇO POLICIAL

Pouco antes de o governo entrar com a solicitação na Justiça, a Polícia Militar enviou reforço à Seed para acompanhar a manifestação. Após uma manhã tranquila, quando apenas quatro PMs acompanhavam a movimentação dos cerca de 300 professores que entraram, cerca de 50 policiais em dez viaturas chegaram à secretaria. Uma equipe de negociação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), que atua em casos como rebeliões de presídios e assaltos com seqüestros, também foi para o local à tarde para tentar intermediar uma solução.

Entenda a discussão

O descompasso entre a APP Sindicato e a Secretaria Estadual de Educação (Seed) teve início quando o governo anunciou a intenção de ajustar a hora-atividade e modificar os critérios para a distribuição das aulas. A Secretaria de Educação, de um lado, defende que os contratos se referem à carga horária/relógio (60 minutos), e não à hora/aula (de 50 minutos cada). Com a mudança, os professores passarão a assumir 12h30 horas em sala (o equivalente a 15 aulas semanais de 50 minutos cada) e terão 7h30 de hora-atividade, de acordo com

a Secretaria de Educação. A APP Sindicato, por outro lado, não concorda com esta interpretação e defende que a alteração na organização da carga horária representa uma redução das atuais sete para cinco horas-atividade semanais, ou seja, o período que os professores têm disponível para preparar aulas e corrigir provas e trabalhos. A estimativa do sindicato é a de que esta alteração leve a uma redução de sete mil cargos na rede estadual de ensino e cerca de R\$ 300 milhões por ano a menos para educação. (Sharon Abdalla)

27 JAN 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

DELAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado que incluísse três novos anexos à delação premiada de Nestor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, após ele apresentar novos fatos sobre a corrupção na empresa. Em um de seus últimos atos como relator da Operação Lava Jato, o ministro do STF Teori Zavascki, no entanto, negou o pedido do MPF, alegando que isso poderia prejudicar a apreciação da delação original. Ele, entretanto, não descartou os novos fatos, ordenando que fossem apurados em uma nova investigação, sob sigilo.

DEPOIMENTO

O ex-presidente da Odebrecht e herdeiro da empresa, Marcelo Odebrecht, deverá ser ouvido hoje pelo juiz Márcio Schiefler Fontes, em depoimento para confirmação de sua colaboração com o Ministério Público Federal (MPF). Antigo auxiliar do ex-ministro Teori Zavascki, que morreu em acidente aéreo na última semana, Fontes vem a Curitiba para ouvir Odebrecht na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, onde o executivo está preso desde junho de 2015.